

Ata da Reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM –

Realizada em 03 e 04 de novembro de 2003

Às quatorze horas do dia três de novembro de dois mil e três, no Auditório das Bandeiras, térreo, situado na Esplanada dos Ministérios, bloco L, na sede da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, Brasília (DF), por convocação da Senhora Presidenta Emilia Therezinha Xavier Fernandes, foi realizada a **1ª Reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM** –, órgão colegiado de caráter consultivo e integrante da estrutura básica da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, criado pela Lei de número sete mil trezentos e cinquenta e três, de vinte e nove de agosto de um mil novecentos e oitenta e cinco. Presentes: Registrou-se a presença das membras componentes da sociedade civil: I- Maria Aparecida Schumacher, II- Lúcia de Fátima Félix da Silva, III- Nilza Iraci Silva, IV- Daisy Brasil Soares, V- Dirce Cavalheiro Veron, VI- Eliana Fernandes da Cruz Malfarage - suplente de Maria Lúcia Alves Dias, VII- Maria Ednalva Bezerra de Lima, VIII- Márcia Campos Pereira, IX- Raquel Felau Guisoni, X- Ana Luiza Fernandes Gonçalves, IX- Creuza Maria de Oliveira, XII- Maria Elvira Salles Ferreira, XIII- Neuza Barbosa Lima, XIV- Eline Jonas, XV- Ana Maria da Silva Soares, XVI- Maria da Conceição Maia de Oliveira, XVII- Clara Charf, XVIII- Albertina de Oliveira Costa, XIX- Eleutéria Amora da Silva – suplente de Nalu Faria Silva. Registrou-se, também, a presença das

membras(os) integrantes governamentais: I- Ministra Emília Fernandes; II- Maria José Filho representante do Ministro de Estado [Cristóvam Buarque](#); III- Andréa Lorena [Butto Zarzar](#) - Assessora Técnica do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário; Ministro de Estado Miguel Soldatelli Rosseto IV- [Hildézia](#) Alves de Medeiros – Assessora Técnica da Ministra de Estado da Assistência Social – Benedita da Silva; V- Ana Cláudia Aparecida dos Santos, Assessora Técnica do Ministro de Estado José [Graziano](#); VI- Cleuza Aparecida da Silva – Assessora Técnica da Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República Matilde Ribeiro. _Registrou-se a presença das seguintes convidadas: Marisa Campos Gomes da Silva – 1ª Dama em exercício do País ,

Senadora Ceris – do Mato Grosso. Composição da Mesa:

a) Ministra Emilia Therezinha Xavier Fernandes, presidenta do Conselho Nacional dos Direitos Mulher; Aparecida Gonçalves – Assessora Técnica da Secretária Especial de Políticas para as Mulheres – SPM – no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Cada Conselheira recebeu no ato do credenciamento uma pasta com a pauta da reunião, documentos apresentados pela SPM, material impresso da SPM, que subsidiarão as discussões. A Presidente Sra. Emília Fernandes saudou a todas e todos colocando que o primeiro momento é o Ato de instalação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, tendo em vista que é a primeira reunião realizada após o Ato de posse que foi dado pelo Presidente da República, no Palácio do Planalto para o Conselho Nacional dos Direitos Mulher-CNDM e convidou a todas (os) para, em pé, cantar o Hino Nacional. Em seguida

passou-se a leitura das correspondências enviadas das justificativas de ausência: Ministra Matilde Ribeiro (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial); Ministro Gilberto Gil (Ministro de Estado da Cultura); Rose Marie Murado (Mulher de notório conhecimento das questões de gênero); Ministra Benedita da Silva (Ministra de Estado da Assistência Social). A presidente constatou que este ano, durante o processo de discussão, reformulação e fortalecimento do Conselho, realizamos 04 (quatro) reuniões, somente no primeiro semestre, com o então Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Foi apresentada a todas (os) as (os) presentes a equipe de assessoria do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que vai estar, totalmente, á disposição de todas (os) membros do colegiado para contatos, dúvidas, esclarecimentos onde se deve canalizar todo tipo de diálogo para que a equipe divulgue e socialize com as demais integrantes e para que a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres-SPM tome providências:sendo Aparecida Gonçalves (assessora técnica da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e Diretora da sub-secretaria Temática), Janice dos Santos Moreira; Terezinha Laurentino Leão, Liege dos Santos Rocha (da Sub-secretaria de Articulação Institucional); Carlos Eduardo Brisola da Rosa (da Sub-secretaria de Planejamento); Clara Denise Fernandes (assessora do Gabinete). Passou a Presidente Ato de instalação realizando uma recuperação da legislação que trata sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a criação surge através da Lei de número sete mil trezentos e cinquenta e três de vinte e nove de agosto de um mil novecentos e oitenta e cinco, portanto, precisamos nos

preparar para fazer a grande festa dos 20 (vinte) anos, em dois mil e cinco, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, mais recentemente a legislação que trata sobre a questão é a Medida Provisória de número cento e três de primeiro de janeiro de dois mil e três que se converteu na Lei dez mil seiscentos e oitenta e três de vinte e oito de maio de dois mil e três que dispõe sobre a Organização da Presidência da República e dos Ministérios e que cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher como um órgão integrante dessa Secretaria; tem-se também a Portaria de número nove de onze de fevereiro de dois mil e três que constitui o Grupo de Trabalho para elaborar uma proposta de reformulação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher-CNDM, conforme estabelecido na Medida Provisória de número cento e três; temos também o Decreto quatro mil seiscentos e vinte e cinco de vinte e um de março de dois mil e três que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos cargos da compõem a Secretaria e, em um dos seus artigos, remete às competências do Conselho Nacional, que passa então a ter uma regulamentação específica; logo em seguida temos a Portaria de número oitenta de vinte e seis de junho de dois mil e três que dispõe sobre o Regimento Interno da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que na Seção III, Artigo 8º, fala do Órgão Colegiado que é o Conselho Nacional de Direitos da Mulher e já define suas competências em primeira versão; depois temos o Decreto quatro mil setecentos e setenta e três de sete de julho de dois e três que é o documento norteador básico da ação do Conselho é o Decreto que é resultado do trabalho do Grupo que foi formado por membros da

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, componentes do antigo Conselho e mulheres do movimento feminista, que nós chamamos para fazer essa proposta de trabalho. Esse Grupo foi coordenado pela companheira Maria Laura Salles Ferreira (Secretária Adjunta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres) e composto por: Maria Bethânia Avilla, [Enedi](#) Backes, Maria Vanete de Almeida, Marlise Maria Fernandez (Subsecretária de Articulação Institucional da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres), Vera Lúcia Soares. O Decreto que dispõe sobre Finalidade, Competência, Estruturação e Funcionamento do CNDM. Art. 1º Finalidades; Arts. 2º a 11 Competência; Art. 3º Composição, ficou assim definido que o CNDM a partir do ano de Dois mil e Três seria composto por nove Ministérios e cada Titular teria uma Assessoria Técnica, os que compõe serão os seguintes: Ministério de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão, Ministério de Estado da Saúde, Ministério de Estado da Educação, Ministério de Estado do Trabalho e Emprego, Ministério de Estado da Justiça, Ministério de Estado do Desenvolvimento Agrário, Ministério de Estado da Cultura, Ministério de Estado da Assistência Social, Ministério de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome; além de três Secretarias Especiais da Presidência da República: a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres que preside esse Conselho, a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH; mais dezoito representantes de entidades da sociedade civil, cada uma com sua respectiva suplente; é importante que se diga

que o processo anterior de definição dos nomes das pessoas era através de lista tríplice que era apresentada ao Presidente da República e o mesmo definia entre os três nomes qual a pessoa que integraria o Conselho. Nós eliminamos a lista tríplice, e as entidades nos fizeram indicação direta das duas pessoas, tanto a titular como a suplente. também integra nosso Conselho três mulheres com notório conhecimento das questões de gênero, sendo que estas são titulares exclusivas de seus mandatos, e foram convidadas e designadas diretamente pelo Presidente da República; então a partir daí temos o Decreto de vinte e sete de agosto de 2003 – do Poder Executivo - que designou as pessoas representantes da Sociedade Civil e as Mulheres com notório conhecimento das questões de gênero que integram o Conselho no período 2003-2005. Leitura da Nominata do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher– período 2003/2003: Composição [I-Secretária Especial de Políticas para as Mulheres Presidenta Emilia -Therezinha Xavier Fernandes](#) [Assessora-técnica Aparecida Gonçalves II Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão Guido Mantega](#) [Assessora Técnica Lilian Gil Barbosa Araújo](#) [Ministro de Estado da Saúde Humberto Sérgio Costa Lima](#) [Assessora-Técnica Maria José de Oliveira Araújo](#) [Ministro de Estado de Educação Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque-Assessor Técnico Rubem Fonseca Filho](#) [Ministro de Estado do Trabalho e Emprego Jaques Vagner-Assessora-Técnica Eva Maria Cella Dal Chaivon](#) [Ministro de Estado de Justiça Márcio Thomaz Bastos-Assessora-Tecnica Claudia Maria de Freitas Chagas](#) [Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário Miguel Sodatelli Rosseto-Assessora-Tecnica Andréia Lorena](#)

Butto Zarzar Ministro de Estado e Cultura Gilberto
Passos Gil Moreira-Assessora-Técnica Verônica Maria
Gonçalves de Souza Ministra de Estado Assistência
Social Benedita Souza da Silva Sampaio-Assessora-
Técnica-Hildézia Alves de Medeiros Ministro de Estado
Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
José Francisco Graziano da Silva-Assessora-Técnica Ana
Claudia Aparecida dos Santos Secretaria Especial de
Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da
República Matilde Ribeiro-Assessora-Técnica Cleuza
Aparecida da Silva Secretaria Especial dos Direitos
Humanos da Presidência da República Nilmário de Miranda
Assessora-Técnica Isabel Maria Madeiro Loureiro Maior
Articulação de Mulheres Brasileiras-AMB titular- Maria
Aparecida Schumacher-Suplente Analba Brazão Teixeira
Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ANTR-titular Lúcia de Fátima Félix da Silva suplente
Justina Inês Cima Articulação de ONGs de Mulheres Negras
Brasileira titular Nilza Iraci Silva-suplente Givana Maria da
Silva Associação de Mulheres de Carreira Jurídica titular
Daisy Brasil Soares suplente Maria Diva de Pinho Oliveira
Conselho Nacional das Mulheres Indígenas titular Dirce
Cavalheiro Veron suplente Maria do Socorro Pinheiro de
Carvalho Confederação Geral dos Trabalhadores titular
Maria Lúcia Alves Dias suplente Eliana Fernandes da Cruz
Malfarage Central Única dos Trabalhadores titular Maria
Ednalva Bezerra de Lima suplente Carmem Helena Ferreira
Foro Confederação das Mulheres do Brasil titular Márcia de
Campos Pereira suplente Edna Maria Costa Confederação
Nacional dos Trabalhadores em Educação titular Raquel
Felau Guisoni suplente Luzia Aparecida de Oliveira

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura titular Raimunda Celestina de Mascena suplente Simone Battestin Federação das associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil titular Ana Luisa Fernandes Gonçalves suplente Iria Martins Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas titular Creuza Maria Oliveira suplente Maria Noeli dos Santos Fórum de Mulheres do Mercosul titular Maria Elvira Salles Ferreira suplente Dalva Maria Thomaz Rocha Secretaria Nacional de Políticas para Mulher da Força Sindical titular Neuza Barbosa Lima suplente Helena Ribeiro da Silva Secretaria Nacional da Marcha Mundial das Mulheres titular Nalu Faria Silva suplente Eleutéria Amora da Silva União Brasileira de Mulheres titular Eline Jonas suplente Mary Garcia Castro Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos titular Ana Maria de Silva Soares suplente Lia Zanotta Machado Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia titular Maria da Conceição Maia de Oliveira suplente Maria das Graças Lopes Castro Mulheres com “notório conhecimento das questões de gênero” Rose Marie Murado Clara Charf Albertina de Oliveira Costa.

Dessa forma nós temos a composição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. nós queremos proclamar a Instalação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher-CNDM – período 2003/2005. Aqui estamos devidamente emocionadas vivendo esse momento histórico do nosso País do acumulo da luta das mulheres desse País, vivendo sem dúvida esse momento tão sonhado por muitas e construído por outras tantas e outros tantos, mas tenho certeza que o mais importante é a diferença que esse momento fará nas páginas da história do nosso País. Um Brasil que exclui a sua

gente, que discriminou as mulheres, as mulheres negras, nossas crianças e de que as gerações de hoje são expectativa de ter um presente para garantir o futuro, que este grupo de pessoas que estão aqui construindo a história desse País, fazendo a voz das mulheres falar mais alto, ser ouvida traga a contribuição na garra, energia, determinação, na crítica, na fiscalização, porque aqui está o controle social da sociedade brasileira observando, de perto, a construção, sugerindo e construindo coletivamente as políticas públicas para fazer a inclusão das mulheres como verdadeiras protagonistas desse novo momento histórico. Nós sabemos que as discriminações, os preconceitos, os maus tratos, a violência que ainda milhões de mulheres brasileiras sofrem no dia-a-dia ela está na expectativa que esse colegiado de pessoas possa construir a diferença e uma diferença para melhor, um mundo é possível melhor do que este com presença da mulher cada vez mais determinada, mais atuante e é isso que nós esperamos do Conselho. Na presidência desse Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que eu tenho a honra de presidir, após uma trajetória de vida que começa na sala de aula, vai às ruas na luta sindical das trabalhadoras (es) em Educação, se fortalece no dia-a-dia da luta das mulheres da fronteira de nosso País do Brasil/Uruguai, que passa 12 anos numa Câmara Municipal de Vereadores aprendendo e construindo a participação política da construção da legislação do Orçamento para que a gente possa colocar a voz e a determinação da mulher presente nas políticas municipais; chegando ao Senado fico oito anos fazendo articulação com a bancada feminina que tenho certeza aprendi muito e ensinamos também e hoje estou à disposição dessa causa que é fortalecer, estimular, chamar e convocar as

mulheres desse País para ajudar o Governo Federal a mudar o País nesse momento histórico que vive o Brasil, trago aqui a saudação do nosso Presidente Luís Inácio Lula da Silva com quem estive na véspera de sua viagem antes ao Continente Africano, dialogando com ele e outros Ministros, inclusive a companheira Marisa Silva que lamentou muito não poder [comparecer e prestigiar esse ato de instalação](#)- trago mensagem de esperança, expectativa e confiança que nosso governo tem depositado na luta, particularmente das mulheres – luta pela igualdade de gênero, igualdade racial e étnica e que tenho certeza que com esse grupo qualificado, que estão aqui somando esforço no Conselho Nacional Direitos da Mulher e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres trabalhará junto nossa equipe, poderemos fazer esse trabalho de mobilização das Mulheres na construção de políticas transversais de gênero no âmbito Federal, Estadual e Municipal; principalmente chamar para pauta do Brasil, tendo em vista que foi aprovado pelo Congresso Nacional, sancionada pelo Presidente foi designado 2004 o Ano da Mulher; então 2004 deverá ser um marco de grandes diferenças através de ações concretas de políticas públicas onde possa dialogar com todas as mulheres do campo e da cidade, mulheres trabalhadoras, empresárias para fazer a grande diferença com grandes desafios combater a violências, reconstruir a igualdade de gênero no mercado de trabalho e principalmente construir esse Pacto Federativo pelos Direitos da Mulher no que se refere às políticas públicas de inclusão; então o desafio esta posto e praticamente iniciada na sua construção a caminhada ao longo da trajetória que vai se ampliar, qualificar, aprofundar, então que todas sejam bem

vindas, nós estabeleceremos o espaço mais democrático de debate, diálogo, construção coletiva para que a gente possa realmente fazer, e até dar, um grande exemplo ao Brasil e ao mundo, do que significa um Conselho hoje numa perspectiva, com espaço institucional que inclusive que executa a política e esse colegiado da sociedade e do governo, acompanha, monitora, analisa, sugere, fiscaliza para que a gente possa então dois espaços significativos alcançando grande objetivo que é a luta e o fortalecimento dos direitos da mulher. Queremos agradecer as pessoas que nos honraram com sua presença dizer e esclarecer, inclusive as integrantes do Conselho, de que nesse primeiro momento as visitas são possíveis, mas que na reunião são as integrantes do Conselho, que foi lida aqui nesse Ato. Desta forma agradecemos a presença de todas (os), lembrando também que vamos discutir muito e hoje à noite faremos um jantar de confraternização, de adesão aberta a todas(os) que queiram participar sejam bem vindas(os). Aos representantes dos Ministros e outras entidades que o nosso regimento está propondo e depois será aprovado – a ausência injustificada por três reuniões consecutivas tanto dos integrantes do Governo como da Sociedade Civil, significa o afastamento daquela entidade ou aquele órgão, então que seja observado, transmitido aos nossos titulares entidades e nossa equipe de governo, para que a gente não precise aplicar logicamente o Regimento. Dessa forma sejam bem vindas, esta instalado nosso Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM. Pauta da Reunião: Nos avisos de Convocação da Reunião já foram alguns pontos da pauta – e colocar em apreciação do colegiado e alertando que fizemos proposta de inversão e algumas alterações; a pauta proposta é: 1º – Ato de

Instalação, já vencido; 2º – Metas para 2003 da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; 3º – Informes; 4º PPA 2004/2007; 5º – Metas e Ações da SPM e do CNDM para 2003/2004; 6º – Regimento Interno do CNDM; 7º – Programa Nacional de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher; 8º Diretrizes e o Programa de Ação 2003 da SPM e do CNDM. Colocada a pauta em apreciação, tendo a mesma sido aprovada, passou-se, então, para o 2º ponto da Pauta: 2º) Metas da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres que consta do livro Políticas para as Mulheres, Governo Federal – 2003, páginas 21 a 26 que está na pasta; porém antes é importante que as companheiras tenham conhecimento da equipe que nos assessora diretamente dentro das Sub-secretarias e do Gabinete com espaços de decisão construído junto conosco para que sejam elos de ligação também quando for necessário algum assunto do Conselho com a Subsecretária além da equipe técnica do Conselho: Secretária Adjunta da SPM – Maria Laura Salles Ferreira; Chefe de Gabinete Bernadete Maria Konzen; Assessor Especial Cláudio Milan Ignácio Subsecretária [de monitoramento](#) de Programas e ações temáticas Suely Oliveira, Diretora Aparecida Gonçalves Subsecretária de Articulação Institucional Marlise Maria Fernandes Diretora Sonia Malheiros Miguel Subsecretária de Planejamento em Políticas para as mulheres Zuleide Araújo Teixeira;

Diretora Maria das Graças Carvalho. Informes: Queremos informar a todas as integrantes do conselho Nacional dos Direitos da Mulher que estamos trabalhando administrativamente com algumas normas, assim solicitamos que seja enviada por vocês no prazo máximo de cinco dias

após a reunião o “canhoto” das passagens para prestação de conta e deve ser o original, pois a emissão de passagem e pagamento de diária é realizado através de sistema computadorizado, vencendo esse prazo se tranca a emissão de bilhete de passagem e diária para impossibilitando sua participação em outros eventos e reunião. Queremos estabelecer um sistema de organização, publicações e documentação do Conselho e das Conselheiras, portanto solicitamos que vocês nos enviem 3 fotos 3X4 e 3 fotos 5X7 quem mandou é só complementar as que faltam. Solicitamos que todas(os) conselheiras(os) revisem os dados que consta na relação geral das(os) integrantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Leitura da correspondência encaminhada á Presidência da República pela Ordem dos Advogados do Brasil datada de 19 de agosto de 2003, e encaminhada á Secretária Especial de Políticas Públicas para as Mulheres em 03 de setembro de 2003, pelo Sr. Diretor da Diretoria de Documentação Histórica Sr. Claudio Soares Rocha, a Presidente do Conselho encaminhara um estudo e apresentara na próxima reunião para deliberação. Abertura para intervenções do plenário. Márcia de Campos Ferreira, a expectativa é muito grande no que acontece nesse momento no Brasil e particularmente nesse Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres-SPM é hoje uma das poucas que existem a nível internacional, já existe uma demanda para que a gente possa enviar o Conselho e a Secretaria para falar do trabalho , pois já existe convite para Coréia do Sul, China, Índia, esse conselho tem experiência e tem que dividi-la. De 20 a 26 de novembro o Comitê da Direção do Fedin(**ver o que significa a sigla**)no Vietnã e esta na pauta o Brasil e

as deliberações do Conselho é que vou expor lá. A Presidenta socializou que nos dias 13 e 14 de novembro estará participando da reunião que se realiza em Montevideu da REM-Reunião das Mulheres do Mercosul, já estivemos no Paraguai no primeiro semestre, no segundo é no Uruguai, no primeiro semestre de 2004 é na Argentina e no segundo semestre de 2004 no Brasil .Daisy Brasil Soares

quero dizer da felicidade de estar presente com vocês, embora traga idéia e vontade de trabalhar eu trago também vontade imensa de aprender quando se fala de mulher de carreira jurídica se faz um trabalho visando o benefício de todas as mulheres . Quero ressaltar a discussão sobre a menopausa porque se esquece muito esse outro lado da mulher, querendo ou não existe um tabu, seria interessante a gente começar a resgatar a auto-estima dessa mulher, quebrar os tabus. Gostaria de solicitar que as reuniões possam ser agendadas com antecedência , de preferencia que possamos agendar se for possível para o ano .Lia Zanotta Machado são duas coisas 1º como feminista e pesquisadora de longa data na área de saúde e violência, a minha expectativa e da Rede Feminista de Saúde, é que temos políticas públicas consagradas e iniciadas nos anos 1980, quero aqui reiterar que nós pudéssemos ampliar colocar lá em cima todo aquele cadedal que temos no trabalho de violência e saúde.2º Que a perspectiva de transversalidade nessas áreas é uma expectativa das mulheres e quero colocar a Rede Feminista para contribuir no que for possível. Outra questão é que como pesquisadora na área de violência veio a pouco tempo uma denúncia quero ver se tenho o apoio do Conselho, é sobre um fato de um político que é prefeito e foi

sentenciado á 14 anos por crime de estupro e prostituição de menores só que ele conseguiu

que não fosse publicado a setença e continua a fazer campanha á reeleição ele está longe de supor que será preso ou deixar de ser político e nesse mesmo lugar existe outros casos que vão á julgamento, e tenho a impressão que o prefeito fica impune e nada se fala dele possivelmente essas jovens não terá seus estupradores devidamente punidos ou sentenciado. Então Ministra não sei se é pela Secretaria ou pelo Conselho o que é que podemos fazer para encaminhar alguma atitude. O município é de Goiás Velho aqui perto. A Presidenta solicitou que a Conselheira encaminhe o assunto junto á Ouvidoria da Secretária para as devidas providências. Andréa Butto quero dizer em nome do Ministério de Desenvolvimento Agrário que é com prazer que temos assento nesse Conselho, gostaria de sugerir algumas propostas especificamente das Metas 2003, que o relatório fosse divulgado para circular informações, em relação á grupos temáticos quero fazer duas sugestões 1º Que a proposição inicial do lançamento da Conferência da Mulher que tenha um GT para planejar a mesma, gostaria de colocar em nome do MDA que houvesse uma participação governamental se o Conselho achar e julgar necessário já me coloco á disposição. Cruza Maria de Oliveira, para mim também está sendo uma maravilha participar do Conselho, estamos aqui para contribuir e dentro das metas 2003-2004 nós do conselho temos que estar pautando a questão da Reforma Trabalhista porque alguns direitos que nós mulheres conquistamos como a licença gestante tem que ser garantido e lutar para ampliação de direitos, no caso das trabalhadoras domésticas que não tem direitos equiparado

aos demais trabalhadores, o Conselho é um espaço importante para tratar a luta pela igualdade da mulher. Nós temos hoje no Brasil quase meio milhão de meninas de cinco a dezoito anos no trabalho doméstico em situação de risco, e estamos numa luta pelo combate ao trabalho infantil e pela garantia dos direitos das adolescentes trabalhadora doméstica. O Conselho deve defender essas meninas seja do trabalho doméstico ou qualquer outra forma de exploração. Outra coisa que aqui se fala muito é da violência contra a mulher mas uma violência que a gente vê todos os dias é a violência dos meios de comunicação onde as mulheres são esbofeteadas todos os dias, violentadas e isso passa a ser natural, nós do Conselho temos que Ter uma Campanha de Combate à Violência contra a mulher na mídia. E dizer que nós da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas-FENATRAB estamos aqui para aprender, contribuir e participar também. Questão ordem de Nilza Iraci Silva informamos que a companheira Creuza é uma das concorrentes a receber o Prêmio Claudia de mulher do ano. Luzia Aparecida Oliveira quero ir direto na meta-5 página 25-enfrentamento à violência de gênero e lembrando do discurso do Presidente que enfrentar a violência de gênero passa prioritariamente pela educação precisa-se educar, Ter proposta na educação e quando temos nas metas o objetivo ampliação das políticas de enfrentamento à violência doméstica e sexual que atinge meninas mulheres e jovens vai até a palavra escola porém nas parcerias está faltando o Ministério da Educação, não conseguiremos fazer esse enfrentamento se não tivermos professoras(es) qualificadas(os) para discutir o assunto na sala de aula, proponho então incluir o Ministério da Educação e formular

uma proposta, inclusive já existe os programas de gênero nas Universidades é necessário transforma-los e coloca-los em sala de aula.. Raquel Felau Guisoni tenho uma grande alegria de participar pela 1º vez do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher tenho uma expectativa e uma esperança, os desafios são grandes. Quero começar realçando que o conselho já mostrou uma mudança que acho importante no sentido da democratização e não passar a nomeação das Conselheiras por uma lista tríplice, mas garantindo a liberdade das entidades indicarem seus membros isso é bastante positivo. Temos expectativa que esse governo de certo no entanto algumas questões tem que ser atacado de imediato uma delas é o crescimento econômico com distribuição de renda, o governo precisa Ter o desafio imediato que é a construção de um Plano de Crescimento Nacional, e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres tem um papel importante que é transversalidade de gênero não só na elaboração de propostas e metas o grande desafio é que essas metas e planos sejam de fato concretizados, ficar no papel nós não vamos mudar esse Pais, por isso a importância dos movimentos estarem aqui é a gente mobilizar as mulheres e o povo brasileiro. Dos Grupos Temáticos aqui apresentados o ano de 2004 será o ano das mulheres, que traz um grande desafio que está vinculado com a questão do Governo que são as eleições 2004 é importante que se crie um Grupo Temático para a campanha Mulheres Agora é Prá Valer. Ter algum olhar de gênero em alguns programas do Governo como o primeiro emprego. Ana Luisa Gonçalves quero dizer da importância e felicidade de integrar o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher o objetivo de nossa entidade a Federação das

Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil é controlar, orientar o desenvolvimento pleno das mulheres brasileiras inserindo-as num contexto de um Brasil mais justo, mais feliz, a Federação é ligada a uma Federação Internacional acredito que tudo isso seja nossa contribuição no Conselho para tornarmos nossas mulheres mais forte, mais formadoras de opinião e com direitos iguais. Eline Jonas esse Conselho tem duas novidades primeira é que exergo esse conselho mais Brasil exemplo Goiás tão perto e tem mobilizado mulheres na luta pelo Conselho, por democracia e é a primeira vez que participa do Conselho. Em Goiás a pratica machista esta sempre presente exemplo é uma exposição agropecuária que colocou na sua propaganda uma jovem saindo de casa e dois boy-zinho passando de carro e lhe laçava, temos que ver como é que o Conselho podemos acionar os mecanismos jurídicos e outros para enfrentar a questão da mídia ,não só das novelas mas na propaganda no sentido de positivar a presença das mulheres sem ser objeto de uso ao mesmo tempo intervir radicalmente e imediatamente nas campanhas que ofendem, violentam moralmente ,psicologicamente e fisicamente as mulheres o Conselho Nacional tem que estar atento, criar mecanismos internos e políticos para intervir de forma legal, pois o movimento tem força. Maria da Conceição Maia Oliveira (Concita) registro o sentimento de compromisso com as mulheres da Amazônia, com nove Estados da Amazônia, não é tranquilo vir para o Conselho essa representação tão grande que são nove Comitês Estaduais do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia-MAMA trago muitos problemas, questões e esse é mais um canal onde traçamos estratégias de atuação, construiremos parcerias para nos fortalecer e

solucionar as questões que trazemos, quero contar os problemas que nos afligem na Amazônia, nesse momento a prioritária é extremamente delicada que é a exploração sexual de criança adolescente e mulheres, tráfico de mulheres na Amazônica, exploração sexual de mulheres indígenas, trago questões como das mulheres seringueiras, quebradeiras de coco-babaçu, ribeirinhas, pescadoras, artesãs, as mulheres que estão nas entranhas da floresta. Temos o compromisso enquanto MAMA, e solicito a vocês o compromisso para que se cumpra a agenda do mês de setembro que é o acumulo dos últimos cinco anos de luta das mulheres da floresta, que em parceria com a REDH aqui no Planalto Central e que era lançado no Fórum Social Mundial, solicito que seja colocado na pauta na próxima reunião d Conselho a pauta das mulheres da floresta e peço a solidariedade das mulheres do Conselho para que se cumpra essa agenda.. Dirce Cavalheiro Veron para nós mulheres indígenas é uma alegria participar do Conselho e esperamos apoio do conselho e da Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, às mulheres índias que são mais sofridas mesmo porque a gente não tem muita oportunidade e quando tem não tem condições de levar para frente, acredito nesse espaço que nós adquirimos que levamos ao “órgão tutor” nosso a qual na ultima reunião colocamos que as mulheres índias são tão respeitada que estamos no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e que gostaríamos de ser ouvida como mulher, liderança e pessoa que tem compromisso com a comunidade e com as mulheres de nossas aldeias, tem muita violência nas aldeias violências terríveis estamos solicitando á Secretaria de Políticas para as Mulheres, para ver a possibilidade de criar Delegacias de Atendimento á

Mulher Indígena, porque na delegacia do branco eles dizem que isso é da cultura, e nós sabemos que faz coisa nenhuma, nós sabemos que a violência não nasce com a gente. Maria Aparecida Schumacher (Shuma) estou aqui com muita honra espero corresponder a indicação da Articulação de Mulheres Brasileiras que articula feministas no Brasil, estar aqui é Ter que democratizar as posições e decisões e de fato de poder representar essa diversidade. É necessário que na próxima reunião possamos receber com antecedência os documentos já que não trago posição pessoal. Estamos inaugurando uma nova etapa porque pela primeira vez uma Secretaria e pela primeira vez um Conselho ligado a outro lugar com outra proposta, outra perspectiva, eu ainda não sei direito várias vezes li o Decreto de Criação do Conselho, acompanhei o processo de criação dessa Secretaria a qual nós fizemos parte, o feminismo tem proposto isso há vários anos, ainda bem que foi acatada nossa proposta. nós precisamos Ter um consenso entre nós, onde possamos explicitar se pensamos a mesma coisa do que significa estar e participar de um Conselho Nacional dos Direitos da Mulher este Conselho agora vinculado a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres a qual prezamos e queremos que faça muito bem seu papel, queremos que ele seja reconhecida, fortalecida, com poder. É importante que em algum momento de nossa agenda nós pudéssemos consensuar entre nós qual o papel das conselheiras nesse Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. O Decreto que cria esse conselho tem contradições em seus artigos um diz-diz ou complementa o outro, as vezes fica difícil entender. Um dos papéis eu acho que é fortalecer essa Secretaria que nós tanto sonhamos com ela. Maria Ednalva Bezerra para mim é super importante estar aqui e

ser representante do movimento sindical a Central Única dos Trabalhadores-CUT tem 17 anos de trabalho com as mulheres, eu acho que precisamos definir o papel do Conselho minha expectativa é que possamos fazer o controle social da política do Estado, da política de Governo para as mulheres. O Conselho nacional dos Direitos da Mulher não tem papel de executar, portanto nós da sociedade civil em parceria e diálogo com o Governo compondo esse Conselho fazendo o controle das políticas implantadas nesse Governo e principalmente pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, enquanto representante sindical e feminista estamos aqui para contribuir e fortalecer as políticas e fazer o controle social. Clara Charf Eu sou nova no Conselho mas sempre acompanhei desde 1945 a luta das mulheres quero colocar algumas coisas para discutir depois sempre fui ligada a luta e as questões de solidariedade internacional, a Emilia foi convidada pela trajetória política e por ser a Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para a Internacional Socialista de Mulheres, estavam lá representantes de 120 países. A Emilia tem uma coisa muito interessante porque ela fala com muita garra e impacto muitas estrangeiras, é importante ressaltar que muitos estavam surpresos como é que um Governo operário indicou cinco Ministras . A outra coisa recebi um convite para ir á Suíça discutir o Projeto mil mulheres para o Prêmio Nobel da Paz, a idéia é que levando em conta o papel que a mulher tem no mundo principalmente nesse último século, ela influi, tem poder, elas propunham um plano e precisamos ver como implementa-lo no Brasil. Acho que esse Conselho tem um papel fundamental para colaborar com a política internacional da qual a Emilia é representante Presidenta

Emilia Fernandes retomou a palavra, Nós temos compromissos que extrapolam as nossas fronteiras, não é por acaso nossa luta em defesa as Nigeriana, enfim mulheres da Coréia do Norte que tiveram pela primeira vez fazendo palestra no Brasil uma coisa inédita. Os temas aqui abordados não terá réplica serão abordados durante os dias de trabalho , considero que o único ponto urgente é o aprofundamento das nossas competências , que deve ser feito por todas integrantes do conselho e se tem que ser feito algum reparo, a legislação é construída mas não é uma coisa injessada podemos discutir e gradativamente avançar. Há minuta de Regimento Interno, a idéia não é analisarmos amanhã e votar, vocês levam e nós votaremos na próxima reunião dia 02 de dezembro de 2003, até lá Secretaria estará recebendo sugestões até o dia 25 de novembro de 2003 no máximo, e as alterações vem para o plenário e vocês analisem á luz da documentação , nós temos que pensar hoje um Conselho diferenciadas do que tivemos em 1985 e ao longo desses anos. Quais são as competências da Secretaria e do Conselho, devemos fazer com que esses dois espaços sejam fortalecidos, valorizados com o grande objetivo que é o avanço da política das mulheres e da política chegar lá ponta, para que o Governo construa uma política com metodologia diferente. A grande vitória desse momento histórico é se conseguirmos nesse período determinado a gente Ter consciência de gênero raça é compromisso do Governo o grande feito é a capacidade de transformar consciência que é nossa missão hoje tanto para dentro do Governo como o movimento, a sociedade e feministas, é entender de combater a violência é um chamado de norte a sul do Brasil, participação e empoderamento da mulher na

política, na questão econômica ,social, educacional é uma questão de Brasil, essa é a resposta que nós queremos dar , esse é um dos grandes desafios. Então quero encerrar aqui as atividades aqui nesse momento convidando a todas para conhecer nossas dependências no segundo andar, inclusive para conhecer nossa pequena sala que está em arrumação onde estará o pessoal e será nossa sala, tenho certeza que nosso coração e nossa luta é muito maior que o espaço pequeno que temos. Espero que hoje á gente se encontre no jantar de confraternização á 20.30horas.

